

CARTA COMPROMISSO CANDIDATOS A PREFEITO DE CAXIAS DO SUL 2024

O Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul – SINDISERV – tem em sua base mais de 6,5 mil servidores(as) associados(as) .

Apresentamos a seguir, para vossa análise, uma pauta de reivindicações no sentido de garantir os direitos dos servidores e condições de trabalho, o que certamente resultará em melhor atendimento às demandas da comunidade.

Negociação coletiva e direitos dos servidores

1. Manter os direitos previstos no Estatuto dos Servidores e legislação municipal.

sim () não

Ressalvas:

2. Encaminhar para a Câmara de Vereadores projeto de lei instituindo a negociação coletiva, estabelecendo data base e o repasse da inflação trimestral.

sim () não

Ressalvas: **NO LIMITE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

3. Encaminhar para a Câmara de Vereadores proposta que acabe com as distorções da Lei Complementar 409/2012 e suas correlatas nas Autarquias (Lei 499/2012, no SAMAE) e Fundação de Assistência Social (Lei 462/2012).

sim () não

Ressalvas:

4. Implantar o plano de carreira em conjunto com os servidores.

sim () não

Ressalvas:

5. Respeitar a entidade sindical e não ter condutas antissindicais.

sim () não

Ressalvas:

6. Ser contrário(a) a retirada de direitos dos servidores pela reforma administrativa federal ou municipal

sim () não

Ressalvas:

7. Reconhecer o período de 26/05/2020 a 31/12/2021 para fins de aquisição de vantagens (congelamento).

sim () não

Ressalvas:

8. Ampliar a carga horária de 20 horas para 30 horas nos cargos criados pela LC 409/2012, em que haja necessidade do serviço com a correspondente remuneração.

sim () não

Ressalvas:

9. Que o vale-transporte seja creditado no contracheque do servidor.

sim () não

Ressalvas:

10. Pagamento de todas as licenças-prêmio compensadas.
 sim () não

Ressalvas:

11. Equiparar o pagamento do auxílio-alimentação no mesmo valor diário pago pela Câmara de Vereadores. Ampliar o auxílio-alimentação de 22 para 26 dias.
 sim () não

Ressalvas:

Serviços públicos de qualidade:

1. Fim das terceirizações, PPPs e das gestões compartilhadas no serviço público.
 sim () não

Ressalvas: *com o processo gradativo*

2. Nomear profissionais concursados para todas as áreas que apresentam falta de servidores. Limitar as CAJs (Convocação de Ampliação de Jornada) ao previsto na lei.
 sim () não

Ressalvas:

3. Inclusão de todas as crianças de 4 a 6 anos na Rede Municipal da Educação e atendidos por profissionais concursados.
 sim () não

Ressalvas: *com o processo gradativo*

4. Aquisição de sistema informatizado para a educação, saúde, assistência, a fim de facilitar e agilizar a realização do trabalho, garantindo acessibilidade aos PCDs.
 sim () não

Ressalvas:

5. Melhorar as condições de trabalho: infraestrutura adequada, fornecimento de EPIs, uniformes, ergometria, equipamentos adaptados para servidores PCDs, reformas das instalações, mobiliário, locais adequados, veículos, materiais e manutenção dos equipamentos.

sim () não

Ressalvas:

6. Implementar a Lei Federal n.º 13022/2014, dos guardas municipais, integralmente.

sim () não

Ressalvas:

7. Pagar o incentivo as equipes de saúde, conforme portaria do Ministério da Saúde.

sim () não

Ressalvas:

8. Cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação.

sim () não

Ressalvas: NO LIMITE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E GRADATIVAMENTE.

9. Criar cargos efetivos para cuidadoria educacional e professores de educação infantil.

sim () não

Ressalvas: GRADATIVAMENTE

10. Melhorar estruturas e construir novas UBS.

sim () não

Ressalvas:

11. Rever estrutura ou troca de local do CES e casas de acolhimento.

sim () não

Ressalvas:

12. Ampliar e fortalecer as equipes completas da ESF (Estratégia de Saúde da Família), bem como os Cras, Cres e conselho tutelar levando em conta o crescimento populacional e as políticas de atenção básica.

sim () não

Ressalvas:

13. Ampliar o serviço de saúde mental no Município.

sim () não

Ressalvas:

14. Construir escolas onde existe falta de vagas.

sim () não

Ressalvas:

FAPS e IPAM SAÚDE

1. Revogação da Reforma da Previdência.

sim () não

Ressalvas: MAS DEPENDE DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

2. Diminuir a idade mínima para aposentadoria das mulheres de 62 para 60 anos.

sim () não

Ressalvas: DENTRO DA VIABILIDADE DO FUNDO.

3. Isentar de cobrança de FAPS aos aposentados com proventos até o teto do RGPS.

sim () não

Ressalvas: CONFORME DECISÃO JUDICIAL

4. Incluir as atividades com direito a periculosidade e risco de vida para aposentadoria especial.

sim () não

Ressalvas: DENTRO DA VIABILIDADE DO FUNDO

5. Reduzir para 55 anos a idade mínima para aposentadoria das servidoras mulheres que ingressaram até o ano de 2003.

sim () não

Ressalvas: DENTRO DA VIABILIDADE DO FUNDO

6. Aposentadoria especial para os servidores da Guarda Municipal.

sim () não

Ressalvas:

7. Na aposentadoria especial do servidor cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes: reduzir para 55 anos de idade mínima para servidoras mulheres.

sim () não

Ressalvas: DENTRO DA VIABILIDADE DO FUNDO

8. O Conselho Deliberativo do FAPS deve ser deliberativo.

sim () não

Ressalvas:

9. Criar o fundo garantidor a fim de dar equilíbrio atuarial ao FAPS.

sim () não

Ressalvas:

10. Manter a possibilidade de requerimento de aposentadoria voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo, conforme o artigo 23 da Lei 241/2005.

sim () não

Ressalvas:

11. IPAM Saúde: Melhorar o atendimento dos serviços de saúde e desenvolver uma política permanente de saúde preventiva para o servidor e servidora, com a volta dos grupos de convivência, prevenção e reflexão sobre os diversos temas relacionados a saúde física e mental dos servidores.

sim () não

Ressalvas:

12. Escolha do presidente do IPAM, através de uma lista tríplice, indicada pela categoria.

sim () não

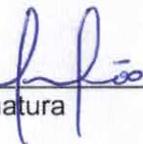
Ressalvas:

13. Para os empregados públicos (ACS e ACE): Conceder Licença para acompanhamento de dependentes em questões de saúde.

sim () não

Ressalvas:

Considerações finais (máximo de 5 linhas)


Assinatura

Caxias do Sul, 07 de agosto de 2024.